manchete

Jornal Notícias

21-07-2017

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 110603

Temática: Justica
Dimensão: 624 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/17

Braga **Médicos cobravam três mil euros por falsos atestados**

Página 17

manchete

Jornal Notícias

21-07-2017

Periodicidade: Diário
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 110603
Temática: Justica
Dimensão: 624 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/17

Braga Segundo o Ministério Público, cobravam entre mil e três mil euros por atestado para falsa invalidez

Três médicos acusados de fraude com reformas

Luís Moreira
justica@jn.pt

▶ O Ministério Público do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Braga deduziu acusação contra três médicos daquela cidade, imputando a um deles – muito conhecido na Segurança Social do distrito - a prática de onze crimes de burla tributária, dos quais seis na forma tentada, e de um crime de atestado falso, e aos outros dois a prática de um crime de burla na forma tentada.

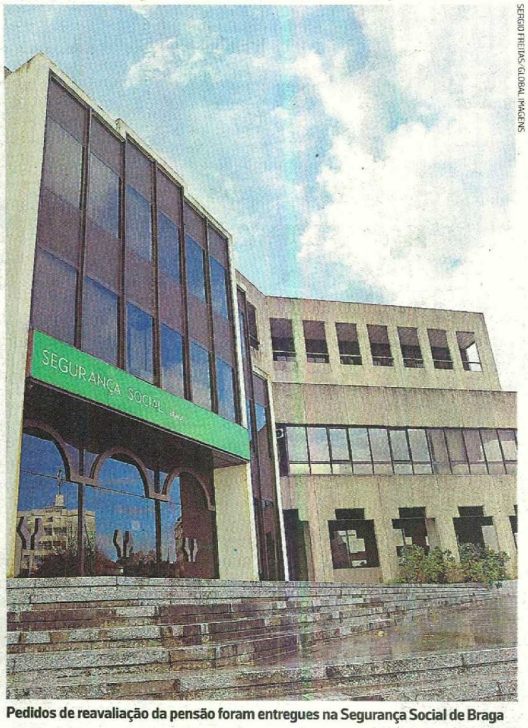
Os factos reportam-se à instrução perante a Comissão de Recursos do Centro Distrital de Segurança Social de Braga, nos anos de 2011, 2012 e 2013, de pedidos de reavaliação da situação de beneficiários requerentes de pensão de invalidez a quem a comissão de verificação do mesmo Centro Distrital negara a pensão.

De mil a três mil euros

De acordo com a acusação, os pedidos de 12 requerentes foram instruídos com declarações e relatórios médicos de especialidades várias falsos, que um dos arguidos providenciava, sustentados depois pelos arguidos em sede de comissão de recurso, quando representavam os requerentes.

Os médicos cobravam verbas que iam dos mil aos três mil euros, dependendo do tipo de "acompanhamento" dado ao candidato à pensão de invalidez.

Nos últimos anos, a Segurança Social recebeu várias outras queixas de práticas idênticas, mas em nenhuma foi possível obter provas de ilegalidade.



SERGIO FREITAS/GLOBAL IMAGENS

Pedidos de reavaliação da pensão foram entregues na Segurança Social de Braga

Outro caso com romenos

Fonte da Segurança Social disse ao JN que, para além deste caso, foi comunicada ao Ministério Público uma fraude que envolveu mais de uma centena de romenos, que recebiam rendimento social de inserção (RSI) de forma ilegal.

O esquema usado era relativamente simples. Consistia na ida para a região minhota de dezenas de cidadãos daquele país, que se radicavam como "sucateiros" e que fazendo os respetivos descontos. Ao fim de seis ou sete meses, declaravam-se como desempregados e passavam a receber o rendimento social de inserção, através de transferência bancária. Regressavam então à Roménia e ficavam ali a gozar os rendimentos.

A fraude foi descoberta e o RSI controlado. Mas a investigação tem dificuldades em arranjar provas, dado que os beneficiários estão ausentes do país.●